ISSN: 2358-8829

JORNADA INCLUSIVA: COMPARTILHAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maísa Alves de Lima

Gerência de Educação Especial Inclusiva – Secretaria de Educação e Esporte de Caruaru/PE

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um compromisso ético, político e pedagógico com a garantia do direito de todos os estudantes à educação, à participação e à aprendizagem. Sua efetivação exige que as instituições escolares reconheçam a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo e desenvolvam respostas pedagógicas capazes de enfrentar as barreiras que limitam o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a inclusão não se restringe à matrícula de pessoas com deficiência na escola comum, mas implica a revisão de culturas, políticas, práticas e relações que organizam o cotidiano escolar.

No contexto das redes públicas de ensino, a consolidação de uma perspectiva inclusiva demanda investimento contínuo na formação dos profissionais, no planejamento colaborativo e na circulação de experiências pedagógicas. Professores, profissionais de apoio escolar, equipes gestoras e demais trabalhadores da educação constroem, diariamente, estratégias para responder às necessidades dos estudantes. Muitas dessas ações produzem aprendizagens relevantes, mas nem sempre encontram espaços institucionais para serem registradas, analisadas, compartilhadas e aperfeiçoadas. A valorização dessas experiências é, portanto, uma dimensão importante da formação em serviço e do fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva.

É nesse cenário que se insere a Jornada Inclusiva 2025, iniciativa vinculada à Semana da Pessoa com Deficiência, realizada anualmente no período de 21 a 28 de agosto. A proposta foi organizada pela Gerência de Educação Especial Inclusiva da Secretaria de Educação e Esporte de Caruaru/PE, com o propósito de promover o diálogo entre profissionais da educação por meio da exposição de práticas pedagógicas desenvolvidas com estudantes com deficiência. A edição propõe uma mudança no formato tradicional de encontros centrados em palestras abertas, priorizando a apresentação de experiências concretas vivenciadas nos espaços escolares.

ISSN: 2358-8829

A escolha por esse formato parte do entendimento de que os profissionais da rede produzem conhecimentos a partir de sua atuação cotidiana. Ao compartilhar uma prática, o educador torna visíveis as intencionalidades, os recursos, as estratégias, os desafios e as aprendizagens envolvidos no trabalho pedagógico. A socialização dessas experiências pode inspirar outros profissionais, favorecer a reflexão sobre diferentes possibilidades de intervenção e contribuir para que estratégias bem-sucedidas sejam contextualizadas e recriadas em outras unidades de ensino, respeitando as singularidades de cada estudante e de cada realidade escolar.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a Jornada Inclusiva 2025 como uma ação de formação, diálogo e valorização de práticas pedagógicas no campo da educação inclusiva. Como objetivos específicos, busca-se: discutir a importância do compartilhamento de experiências para a formação continuada dos profissionais; descrever a organização metodológica da Jornada; evidenciar o papel da seleção e da apresentação de práticas pedagógicas como estratégias de sistematização do conhecimento produzido na escola; e refletir sobre as possibilidades de continuidade e disseminação das experiências, inclusive por meio de publicação digital ou impressa.

Este texto caracteriza-se como um relato descritivo-reflexivo da concepção e da organização da proposta. A discussão está fundamentada nas contribuições de Booth e Ainscow sobre a identificação e a remoção de barreiras à aprendizagem e à participação, bem como nas reflexões de Mantoan acerca da transformação da escola para acolher a diversidade. Considerando que o resumo-base não apresenta quantitativos de participantes, relação de práticas efetivamente apresentadas ou instrumentos de avaliação dos resultados, a seção de resultados e discussão analisa os resultados esperados e os produtos institucionais previstos na estrutura da ação, sem atribuir ao evento dados empíricos não informados.

METODOLOGIA

A Jornada Inclusiva 2025 foi concebida como uma ação institucional de formação e socialização de práticas pedagógicas, vinculada à programação da Semana da Pessoa com Deficiência. A proposta prevê sua realização nos dias 21 e 22 de agosto de 2025, no Auditório da Secretaria de Educação e Esporte de Caruaru, em dois turnos — manhã e tarde —, de modo a possibilitar a participação de profissionais da rede municipal em diferentes horários de trabalho.

Do ponto de vista metodológico, a ação organiza-se em etapas articuladas. A primeira corresponde ao planejamento institucional, com definição dos objetivos, do público participante, do espaço, dos turnos e dos critérios gerais para apresentação das experiências.

ISSN: 2358-8829

Essa etapa também envolve a divulgação da iniciativa e o convite aos profissionais para que identifiquem e sistematizem práticas desenvolvidas com estudantes com deficiência em seus contextos de atuação.

A segunda etapa consiste na inscrição das experiências. Conforme a proposta, os profissionais interessados realizam inscrição prévia, apresentando informações que permitam conhecer a prática pedagógica que pretendem compartilhar. A seleção prévia tem a finalidade de organizar a programação, assegurar diversidade de experiências e adequar o tempo destinado às exposições. O resumo-base não especifica formulário, critérios quantitativos, comissão avaliadora ou número de vagas; por isso, tais procedimentos não são descritos como realizados neste trabalho.

A terceira etapa compreende a realização das exposições presenciais. Em lugar de concentrar a programação em palestras expositivas, a Jornada prioriza relatos de práticas pedagógicas, nos quais os profissionais podem apresentar o contexto da experiência, os objetivos de aprendizagem, as estratégias utilizadas, os recursos pedagógicos, as formas de acompanhamento e os desafios encontrados. A organização das falas deve favorecer uma abordagem ética, centrada no direito à aprendizagem e na dignidade dos estudantes, evitando exposições que permitam sua identificação sem autorização ou que reduzam suas trajetórias a diagnósticos.

A quarta etapa refere-se à certificação dos responsáveis pelas apresentações e à avaliação da possibilidade de organizar um e-book ou uma publicação impressa. A sistematização editorial pode reunir os relatos, preservar a autoria dos profissionais e ampliar o acesso às experiências para além dos dias do evento. Para isso, recomenda-se que os textos sejam revisados pelos autores, que o uso de imagens e demais dados pessoais observe as autorizações necessárias e que a publicação explicite o contexto em que cada prática foi desenvolvida.

Como procedimento de análise, este relato examina a coerência entre os objetivos da Jornada, o formato escolhido e os referenciais de educação inclusiva indicados no resumo. A análise considera três dimensões: (a) formação e desenvolvimento profissional; (b) valorização e circulação dos conhecimentos produzidos na escola; e (c) continuidade institucional das experiências por meio de registro e disseminação. Não foram informados questionários, entrevistas, observações sistemáticas ou indicadores de avaliação; assim, não se apresentam resultados quantitativos nem se afirma impacto comprovado sobre a aprendizagem dos estudantes.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da inclusão escolar como direito fundamental exige superar perspectivas que atribuem ao estudante a responsabilidade exclusiva por adaptar-se à organização escolar. Uma escola inclusiva reconhece que as dificuldades de participação e aprendizagem podem ser produzidas ou intensificadas por barreiras presentes no ambiente, nas práticas pedagógicas, nas formas de comunicação, nos materiais, nas atitudes e na organização institucional. Desse modo, o foco da ação educativa desloca-se da suposta incapacidade individual para a identificação das condições que precisam ser transformadas para garantir participação e aprendizagem.

Booth e Ainscow (2011), ao desenvolverem o Index para a Inclusão, propõem uma abordagem que articula culturas, políticas e práticas inclusivas. Essa perspectiva contribui para compreender que a inclusão não se efetiva por ações isoladas ou exclusivamente direcionadas a determinados estudantes. Ela depende de um movimento coletivo de análise da escola, de identificação das barreiras e de construção de estratégias que ampliem a presença, a participação e a aprendizagem de todos. A Jornada Inclusiva dialoga com essa concepção ao criar um espaço institucional no qual os profissionais podem tornar visíveis práticas, refletir sobre seus efeitos e compartilhar caminhos de enfrentamento de barreiras.

Na discussão de Mantoan (2003), a escola inclusiva pressupõe uma transformação de sua organização e de suas concepções, pois não basta inserir estudantes considerados diferentes em estruturas que permanecem inalteradas. A diversidade deve ser reconhecida como parte da vida escolar, exigindo práticas que não padronizem os percursos de aprendizagem nem condicionem o pertencimento à adequação do estudante a um modelo único. Essa compreensão reforça a importância de experiências pedagógicas que considerem as potencialidades, os interesses, os modos de comunicação e os diferentes tempos de aprendizagem.

A formação dos profissionais constitui uma condição relevante para a construção dessas práticas. A formação continuada ganha consistência quando articula fundamentos teóricos, análise de situações concretas e reflexão sobre as decisões pedagógicas. Nesse processo, o conhecimento não circula apenas de especialistas para professores: também é produzido pelos profissionais que investigam sua própria prática, identificam desafios, experimentam recursos e avaliam possibilidades de intervenção. A socialização de experiências, quando acompanhada de reflexão crítica, contribui para ampliar o repertório pedagógico da rede e para evitar a reprodução automática de estratégias descontextualizadas.

É importante distinguir o compartilhamento de uma prática da apresentação de uma receita pronta. Uma estratégia que favorece a participação de determinado estudante em um contexto específico não deve ser aplicada mecanicamente a todos os demais. Seu valor formativo está na explicitação das condições em que foi desenvolvida, dos objetivos que orientaram sua escolha, das adaptações realizadas e dos elementos que podem ser considerados em outras realidades. A Jornada, portanto, deve favorecer perguntas, diálogo e análise, e não apenas a exposição de resultados considerados positivos.

A perspectiva inclusiva também requer atenção à dimensão ética da divulgação. A experiência pedagógica deve ser apresentada sem estigmatização, preservando a privacidade e a imagem dos estudantes. O protagonismo precisa estar associado ao direito de participação, à acessibilidade e ao reconhecimento das potencialidades, e não à exposição de informações pessoais. A sistematização das práticas deve valorizar o trabalho docente e, simultaneamente, respeitar os estudantes e suas famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de um relato construído a partir do resumo de apresentação da Jornada, os resultados aqui discutidos correspondem aos produtos e às contribuições que a estrutura da ação pretende produzir. O material de origem informa a definição do formato, do período, do local, dos turnos, do processo de inscrição prévia, da certificação dos apresentadores e da possibilidade de publicação posterior. Entretanto, não apresenta dados sobre a execução do evento, a quantidade de participantes, o número de experiências selecionadas ou a avaliação dos envolvidos. Essa delimitação é importante para que a análise permaneça fiel às informações disponíveis.

A primeira contribuição prevista diz respeito à valorização dos saberes profissionais. Ao colocar as práticas pedagógicas no centro da programação, a Jornada reconhece que a escola é também um espaço de produção de conhecimento. Os profissionais deixam de ocupar apenas a posição de ouvintes e passam a compartilhar decisões pedagógicas construídas no cotidiano. Essa mudança pode fortalecer o sentimento de pertencimento à rede, ampliar a visibilidade de iniciativas desenvolvidas nas unidades de ensino e estimular uma cultura de colaboração entre os diferentes profissionais.

A segunda contribuição relaciona-se à formação continuada. A apresentação de uma experiência permite explicitar elementos que, muitas vezes, permanecem restritos à rotina de uma sala de aula: como o profissional identificou uma barreira, quais objetivos estabeleceu, que recursos utilizou, como organizou a participação do estudante e de que maneira acompanhou o

ISSN: 2358-8829

processo. Quando essas informações são debatidas coletivamente, a experiência pode gerar novas perguntas e favorecer a reflexão sobre o planejamento, a acessibilidade curricular, a avaliação e a organização dos apoios necessários.

A terceira dimensão refere-se à circulação de estratégias pedagógicas. A troca entre profissionais pode ampliar o repertório de possibilidades de atuação, especialmente quando as apresentações contemplam diferentes etapas e modalidades de ensino, áreas de conhecimento, recursos de acessibilidade e formas de participação. A replicação, contudo, deve ser compreendida como recriação contextualizada. Cabe a cada equipe analisar se a estratégia dialoga com as necessidades, os interesses e as características do estudante, bem como com as condições concretas da unidade escolar.

O formato de exposições de práticas também pode contribuir para aproximar a formação das situações reais de trabalho. Em vez de restringir o debate a conceitos gerais, a Jornada propõe que os fundamentos da educação inclusiva sejam relacionados a experiências concretas. Essa aproximação não elimina a importância das palestras ou dos estudos teóricos; antes, amplia as possibilidades formativas ao estabelecer diálogo entre teoria e prática. O referencial de Booth e Ainscow (2011) oferece uma chave de leitura para esse movimento, pois convida os participantes a reconhecer barreiras e a pensar em ações coletivas para removê-las.

A proposta de certificação dos responsáveis pelas apresentações representa uma forma de reconhecer o envolvimento dos profissionais e a contribuição de suas experiências para a rede. Esse reconhecimento, entretanto, não deve ser entendido como uma classificação definitiva das práticas ou dos profissionais. A finalidade central é valorizar a disponibilidade para compartilhar, aprender e aperfeiçoar o trabalho pedagógico, mantendo uma postura de análise crítica e abertura à revisão das estratégias.

A possibilidade de elaboração de um e-book ou de uma publicação impressa amplia o alcance potencial da Jornada. O registro das experiências pode constituir memória institucional, favorecer consultas posteriores e permitir que profissionais que não participaram presencialmente conheçam as práticas compartilhadas. Para que esse produto tenha consistência, é recomendável que cada relato siga uma estrutura comum: contexto de desenvolvimento; objetivo pedagógico; descrição da estratégia; recursos e apoios utilizados; participação do estudante; formas de acompanhamento; desafios; aprendizagens identificadas; e possibilidades de adaptação em outros contextos. A publicação deve preservar a autoria, observar os direitos de imagem e proteger dados pessoais.

Do ponto de vista da gestão educacional, a Jornada também pode oferecer subsídios para identificar temas que demandem aprofundamento em formações futuras. As experiências

ISSN: 2358-8829

apresentadas podem revelar necessidades relacionadas à acessibilidade dos materiais, à comunicação, à flexibilização de estratégias, ao trabalho colaborativo, ao Atendimento Educacional Especializado e à articulação entre profissionais. Para transformar essas percepções em planejamento institucional, seria pertinente registrar as questões levantadas durante o evento e sistematizar sugestões dos participantes.

Para uma avaliação posterior mais consistente, recomenda-se utilizar instrumentos simples, como ficha de avaliação dos participantes, registro das perguntas e discussões, formulário de devolutiva dos apresentadores e acompanhamento das possibilidades de continuidade das práticas. Indicadores como diversidade de unidades representadas, quantidade de experiências inscritas e apresentadas, participação por turno, temas recorrentes e interesse na publicação podem ajudar a compreender o alcance da iniciativa. A coleta desses dados deve ser planejada previamente e realizada de modo ético, sem confundir satisfação dos participantes com comprovação de impacto na aprendizagem.

Assim, a principal contribuição da Jornada Inclusiva, conforme a concepção apresentada, está na criação de um espaço institucional de diálogo e reconhecimento, no qual a experiência pedagógica é tomada como ponto de partida para a reflexão coletiva. Sua potência formativa depende não apenas da realização dos encontros, mas também da qualidade das interações, da possibilidade de continuidade e da articulação entre as práticas compartilhadas e as políticas de inclusão da rede municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Jornada Inclusiva 2025 apresenta-se como uma iniciativa de formação e valorização dos profissionais da educação, estruturada em torno do compartilhamento de práticas pedagógicas desenvolvidas com estudantes com deficiência. Ao priorizar exposições de experiências em lugar de uma programação centrada exclusivamente em palestras, a proposta reconhece a capacidade dos profissionais de produzir conhecimentos no cotidiano escolar e cria condições para que esses saberes circulem, sejam debatidos e possam inspirar novas ações.

O diálogo com Booth e Ainscow e com Mantoan permite compreender a iniciativa como parte de um movimento mais amplo de transformação das culturas e práticas escolares. A remoção de barreiras à aprendizagem e à participação exige reflexão coletiva, compromisso institucional e atenção às singularidades dos estudantes. Nesse sentido, a socialização de experiências pode contribuir para fortalecer uma rede que aprende com suas próprias práticas, desde que o compartilhamento seja acompanhado de análise crítica e respeito aos diferentes contextos.

Como encaminhamento, destaca-se a importância de registrar as experiências apresentadas e avaliar a viabilidade da publicação de um e-book ou material impresso, conforme previsto na proposta. Também se recomenda instituir mecanismos de avaliação e acompanhamento que permitam documentar a participação, identificar temas para futuras formações e compreender de que modo as estratégias discutidas podem ser contextualizadas nas unidades de ensino. Tais procedimentos possibilitarão avançar de uma ação pontual para um processo contínuo de formação e colaboração.

Por fim, ressalta-se que a efetivação de uma educação inclusiva não depende de uma única jornada ou de ações isoladas, mas de compromisso permanente com o direito de aprender, com a equidade e com a transformação das práticas institucionais. A Jornada Inclusiva pode constituir um marco de mobilização e troca, fortalecendo o reconhecimento de que cada estudante tem direito a participar da vida escolar e de que todos os profissionais possuem responsabilidade na construção de ambientes educativos acessíveis, acolhedores e pedagogicamente significativos.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Práticas pedagógicas; Educação especial; Formação docente; Experiências exitosas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos profissionais da educação que se dedicam cotidianamente à construção de práticas comprometidas com a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, bem como à Secretaria de Educação e Esporte de Caruaru pelo apoio institucional à iniciativa.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.